

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 858 Rubrica: _____

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Rio das Flores, nº 90, Porto Novo – Saquarema – CEP 28.991.227, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ.

2. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem como objeto contratação de empresa para registro de preço para aquisição de material de higiene pessoal para atender o Projeto Higiene Pessoal nas Escolas, conforme especificações neste Termo de Referência.

| MATERIAL DE HIGIÊNE PESSOAL | | | |
|-----------------------------|--------|---|------|
| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO | UND. |
| 1 | 402414 | Xampu 400 ml Tipo: Neutro Aplicação: Infantil, Cabelos Normais | UND |
| 2 | 229409 | Sabonete Aspecto Físico: Sólido Peso: 100 G Tipo: Sem Perfume Formato: Não Aplicável Aroma: Não Aplicável Cor: Não Aplicável Aplicação: Pele Sensível Características Adicionais: Glicerinado/Neutro E Baixo Teor Alcoólico | UND |
| 3 | 451961 | Condicionador Cabelos 400 ml Aplicação: Cabelo Infantil Características Adicionais: Sem Álcool E Com Ph Balanceado | UND |
| 4 | 603493 | Esponja de banho Material: Poliéster / Poliuretano Abrasividade: Macia Aplicação: Assepsia Da Pele Características Adicionais: Higiénica E Durável Largura Mínima: 12 CM Espessura Mínima: 3,5 CM | UND |
| 5 | 380250 | Sacola Material: Algodão Cru Comprimento: 35 CM | UNID |

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 859 Rubrica: _____

| | | | |
|---|--------|---|------|
| | | Largura: 30 CM Características Adicionais: Personalizada, Silk-Screen, Costurada, Com Alça | |
| 6 | 402413 | Xampu 400 ml Tipo: Neutro Aplicação: Adulto, Cabelos Normais | UNID |
| 7 | 224785 | Condicionador Cabelos 400 ml Aplicação: Adulto, Cabelos Normais | UNID |
| 8 | 623132 | Sabonete Aspecto Físico: Sólido Peso: 125 G Aroma: Suave | UNID |
| 9 | 481321 | Desodorante Tipo: Roll On sem perfume 50 ml | UNID |

Obs.: Observa-se que os códigos fornecidos não estão de acordo com as especificações necessárias para identificação no catálogo ComprasNet, valerá as especificações contidas no termo de referência. Os itens devem ser hipoalergênicos, veganos e sem a presença de alumínio.

- 2.1. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como de **consumo e comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.3. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.
- 2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação em questão, tem por objetivo atender ao Projeto Higiene nas Escolas que tem como objetivo promover a saúde, a educação e a cidadania entre os estudantes da rede municipal de ensino, essas estratégias adotadas facilitam o aprendizado e a reflexão dos alunos sobre hábitos de higiene para promover a saúde, prevenir doenças infecciosas e restaurar a autoconfiança.

A Secretaria Municipal de Saúde através da equipe da Promoção da Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia desenvolve

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 860 Rubrica: _____

várias atividades e palestras nas escolas municipais. As palestras abordam vários temas, dentre eles. Arboviroses, Bullying, Educação Emocional, Educação Sexual, Internet e seus riscos, Álcool e Drogas, Higiene Pessoal e Bucal etc.

Um projeto de higiene pessoal nas escolas é importante porque ajuda a desenvolver hábitos saudáveis que contribuem para a saúde, o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

A higiene pessoal é fundamental para evitar a propagação de doenças infecciosas e proporcionar vidas longas e saudáveis. Além disso, ajuda a impedir a ausência escolar, promovendo melhores resultados de aprendizagem.

Para que os alunos adquiram, reforcem ou melhorem hábitos, atitudes e conhecimentos relacionados com higiene e saúde, é importante que além das palestras onde são passadas as informações educativas eles tenham os itens básicos de uso pessoal.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 4.1. A justificativa para a contratação e os respectivos quantitativos fundamentam-se na necessidade de incentivar a adoção de hábitos saudáveis entre os alunos. Assim, além das palestras, torna-se imprescindível a disponibilização dos itens essenciais para a implementação desses hábitos.
- 4.2. A presente solicitação dar-se-á em função do Projeto Higiene nas Escolas, desenvolvido pela coordenação de Promoção em Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.
- 4.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, uma vez que passou a ser exigência da NLLC nº 14.133/2021;
- 4.4. A previsão para referida contratação está efetivada na Lei Orçamentária Nº 2.668 de 18 de dezembro de 2024 para o exercício do ano de 2025.
- 4.5. Em atendimento ao princípio da padronização buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade, para definir as especificações adotadas;
- 4.6. O parcelamento do objeto foi considerado viável técnica e economicamente por ser composto de itens de natureza divisível. O parcelamento permite um planejamento estratégico mais eficaz, a organização pode programar as compras de acordo com suas prioridades e objetivos de longo prazo. Isso ajuda a garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente e que as metas organizacionais sejam alcançadas. Ademais, podem ser fornecidos por empresas distintas e, desse modo, amplia-se da competição.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1. A solução que melhor atende a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 861 Rubrica: _____

público e o pregão eletrônico no Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender as necessidades desta secretaria.

- 5.2.** A vigência da Ata de Registro de Preços resultante do certame será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Já os contratos gerados a partir desta Ata terão vigência de 12 meses prorrogáveis por até 60 meses nos termos da Lei 14.133/21.

5.2.1 A adoção da Ata de Registro de Preços também proporciona ganho de escala, padronização dos produtos, maior competitividade e economicidade, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos nos artigos 5º, 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021. Por se tratar de uma demanda permanente durante todo o ano letivo, o sistema de registro de preços possibilita maior planejamento, eficiência e economicidade, permitindo que a Administração realize contratações de forma parcelada, conforme a necessidade real e a disponibilidade orçamentária, evitando desperdícios e desabastecimentos.

- 5.3.** Os itens devem estar de acordo com a Resolução - RDC Nº 752, de 19 de setembro de 2022;
- 5.4.** Os itens devem ser hipoalergênicos, veganos e sem a presença de alumínio. A exigência de que os produtos de higiene pessoal sejam veganos (sem ingredientes de origem animal e não testados em animais, afim de promover a conscientização socioambiental nas escolas), hipoalergênicos (formulação que minimizem risco de dermatite, irritações e outras reações adversas) e sem alumínio (adoção do princípio da precaução considerando estudos e órgãos reguladores que alertam para potenciais riscos do uso contínuo do composto de alumínio em compostos cosméticos), decorrem da necessidade de garantir a segurança sanitária a inclusão e a saúde preventiva de um público particularmente sensível, composto por crianças, adolescentes e adultos da rede municipal de ensino;
- 5.5.** Os itens devem ser de boa qualidade, sem contaminações, sem danos ou quaisquer outras avarias;
- 5.6.** Os itens devem estar na validade e em obediência às normas técnicas e sanitárias de modo a proporcionar segurança ao beneficiário;
- 5.7.** Os itens deverão ter a garantia/validade mínima de 12 (doze) meses contados do atesto da nota fiscal;
- 5.8.** O vencedor do certame deverá apresentar em até 15 dias após assinatura do contrato amostra do material para análise e parecer técnico;
- 5.9.** A Contratada fica obrigada a manter a garantia/validade dos produtos exigida no Edital e seus anexos, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigado a reparar os prejuízos que causar ao Município de Saquarema ou a terceiros decorrentes destes eventos (garantia/validade);
- 5.10.** Os bens de baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria Municipal de Saúde, e a

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 862 Rubrica: _____

despesa do transporte decorrente da devolução dos produtos será por conta do fornecedor;

- 5.11. Os bens deverão ser entregues no prazo e quantidades solicitadas e no horário e local de entrega indicado na Autorização de Fornecimento;
- 5.12. Nas embalagens devem conter a mensagem de “Proibida a comercialização” / “Proibida à venda”,
- 5.13. A rotulagem deve ser legível, clara, verdadeira e suficiente para evitar um uso inadequado ou que não corresponda as finalidades de uso estabelecidas para os produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;
- 5.14. A empresa vencedora deverá possuir capacidade técnica de no mínimo 10% da quantidade estimada dos itens, tendo como objetivo assegurar a capacidade operacional e a qualidade dos fornecimentos dos itens do projeto “Higiene Pessoal nas Escolas”. Esse percentual foi definido visando mitigar riscos operacionais associados a entrega em larga escala de itens de higiene pessoal especialmente considerando o elevado número de unidades envolvidas e o caráter essencial e contínuo do projeto, a exigência esta amparada no art. 67 da Lei 14.33/2021;
- 5.15. Essa medida busca mitigar riscos decorrentes da insuficiência técnica e da falta de expertise, fatores que podem comprometer o cumprimento dos prazos, aumentar custos e afetar negativamente a integridade e os resultados do projeto;
- 5.16. Garantir total transparência e conformidade com as leis de licitação e a legislação específica de insumos e cosméticos com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

6. PRAZO

- 6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da Ordem de Início, prorrogável por até 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REAJUSTE

- 7.1. O reajustamento dos preços referidos nesta contratação poderá ser processado anualmente, sendo concedido depois de transcorrido 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta pela Contratada. O índice de reajuste será de acordo com o IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. A comprovação da execução do objeto desse Termo deverá ser através de apresentação de Atestados de Capacidade Técnica e/ou contratos com outros Órgãos que contemplam o referido objeto;

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 863 Rubrica: _____

- 8.2. A mesma fornecerá o(s) item(ns) / objeto(s) de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela contratante;
- 8.3. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do(s) objeto(s), inclusive às contribuições previdenciárias, fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc., ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da contratada, com referência às suas obrigações, não se transfere à contratante.;
- 8.4. Deverá possuir experiência comprovada no fornecimento do objeto, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica;
- 8.5. Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e local estabelecido para a entrega;
- 8.6. Caso aconteça qualquer problema no fornecimento, e o produto fornecido seja rejeitado, a Contratada deverá de forma imediata tomar as devidas providências necessárias para a correção das irregularidades identificadas, sob pena de sofrer a aplicação das penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato;
- 8.7. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.
- 8.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.9. Arcar com eventuais prejuízos causados à contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração.
- 8.10. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.11. Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega.
- 8.12. Ademais, a contratação do referido objeto deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

9. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1. O objeto contratado deverá ser fornecido de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da efetiva ciência quanto à ordem de início do mesmo (emitida pela Secretária requisitante). Somente será aceito se atender a todas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 864 Rubrica: _____

verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

- 9.3. O Local de entrega será na Avenida Saquarema, 4990 – Porto da Roça, Saquarema, RJ (Almoxarifado), no horário das 9h às 16 horas.
- 9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 9.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 9.6. O transporte e as efetivas condições dos itens adquiridos são de responsabilidade da empresa fornecedora, considerando que devem se encontrar devidamente fechados, embalados adequadamente, protegidos de possíveis intempéries;
- 9.7. No caso da impossibilidade de cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito ao Fundo Municipal de Saúde tal ocorrência, através do e-mail: fms@saquarema.rj.gov.br. A comunicação da Contratada deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, na qual deverá informar os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, ocasião em que o prazo de entrega poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, contados do término do prazo anterior.

10. DO ARMAZENAMENTO:

- 10.1. A Secretaria Municipal de Saúde disponibiliza um Almoxarifado situado na Avenida Saquarema, nº 4990, Porto da Roça, Saquarema, RJ, no qual os itens serão devidamente armazenados de forma temporária até a sua distribuição. A solicitação dos materiais ocorrerá conforme a demanda dos alunos matriculados no ano letivo, sendo a distribuição realizada logo após o recebimento dos mesmos.

11. DOCUMENTAÇÃO:

- 11.1. Acompanhar a nota fiscal e outros documentos que comprovem a origem e a rastreabilidade dos produtos.
- 11.2. Verificar se o fornecedor possui certificações de qualidade e conformidade com a legislação vigente.

12. SUSTENTABILIDADE

- 12.1. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 865 Rubrica: _____

- 12.2.** Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 12.3.** Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

13. SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

14. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA DO OBJETO / DA VALIDADE DO OBJETO

- 14.1.** Os itens deverão ter a garantia/validade mínima de 12 (doze) meses contados do atesto da nota fiscal
- 14.2.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

15. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 15.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 866 Rubrica: _____

16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal 2.722/2024 de 10 de janeiro de 2024).

Fiscalização Técnica

17.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 18, II);

17.3. O fiscal técnico do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, I)

17.4. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, II);

17.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, III);

17.6. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, IV).

17.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, V).

17.8. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, VII).

17.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, X).

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 867 Rubrica: _____

Fiscalização Administrativa

- 17.10.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 22, I e II, do Decreto nº 2.722, de 2024).
- 17.11.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 22, IV).

Gestor do Contrato

- 17.12.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, IV).
- 17.13.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, II).
- 17.14.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, III).
- 17.15.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VIII).
- 17.16.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, X).
- 17.17.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 868 Rubrica: _____

serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VI).

- 17.18.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Fiscal setorial

- 17.19.** Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 21 e o art. 22 do Decreto Municipal 2.722/2024.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 18.1.** O fornecimento deverá ser rigorosamente de acordo com a descrita no Termo de Referência, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele;
- 18.2.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE;
- 18.3.** Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;
- 18.4.** Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;
- 18.5.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 18.6.** Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 18.7.** Fornecer os materiais nas embalagens e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;
- 18.8.** Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;
- 18.9.** Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 869 Rubrica: _____

- 18.10.** Adequar, por determinação da Contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação;
- 18.11.** Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;
- 18.12.** Dar ciência à Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos;
- 18.13.** A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS, Assistenciais, Securitárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;
- 18.14.** Não poderá a Contratada, em hipótese alguma, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante;
- 18.15.** Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 18.16.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 14.133/21.
- 18.17.** Os preços cotados incluem as despesas de custo, como: seguro, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.
- 18.18.** Durante a Vigência do contrato, a CONTRATADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de fornecimento do Setor solicitante.
- 18.19.** Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 18.20.** Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante.
- 18.21.** Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 18.22.** Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho do objeto do presente Contrato.
- 18.23.** Manter, na direção da confecção dos produtos, representante ou preposto capacitado idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 18.24.** Apresentar, no caso de pessoa jurídica, a cada pagamento, quando houver fornecimento de material, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS.
- 18.25.** Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 870 Rubrica: _____

- 18.26.** Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos fornecimentos a ele inerentes;
- 18.27.** Cumprir os fornecimentos conforme disposições do presente contrato;
- 18.28.** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato.
- 18.29.** Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.
- 18.30.** A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJs.
- 18.31.** Ter em seu estoque o quantitativo suficiente para atender as necessidades da contratante.
- 18.32.** Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.
- 18.33.** Deverá entregar o objeto do contrato, acompanhado de documento na qual constará as indicações referentes a descrição do produto fornecido e prazos de garantia e validade.
- 18.34.** O contratado deverá apresentar ao final do período mensal Nota Fiscal com total dos produtos fornecidos no Fundo Municipal de Saúde, que efetuará a conferência dos valores faturados em conformidade com as Ordens de Serviço / Fornecedor emitidos;
- 18.35.** O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.
- 18.36.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas;
- 18.37.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

19. RESPONSABILIDADE FISCAL:

- 19.1.** A contratada deverá manter-se em dia com as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNBT; Certificado de Regularidade do FGTS- CRF; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 20.1.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- 20.2.** Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos produtos, através da unidade responsável por esta atribuição.
- 20.3.** Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 871 Rubrica: _____

- 20.4.** Serão considerados para efeito de pagamento os documentos enviados pelos responsáveis pela fiscalização dos fornecimentos realizados na Secretaria, afirmando ter sido realizado as entregas de acordo com este Termo de Referência e Contrato;
- 20.5.** A garantia para quaisquer materiais será de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de emissão da nota fiscal e/ou entrega do material oftalmológico/ótico, sendo que se houver defeito em quaisquer componentes do material o mesmo deverá ser trocado por um componente novo da mesma especificação ou superior.
- 20.6.** Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens e ou materiais, segundo os cronogramas estimados e efetuar os pagamentos nas condições, prazos e preços pactuados.
- 20.7.** Designar servidores da PMS para acompanhar e fiscalizar o objeto a ser contratado e para atestar o recebimento do objeto, nos termos do edital.
- 20.8.** Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto no presente edital e tudo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a PMS ou modificação das obrigações.
- 20.9.** Efetuar o(s) pagamento(s) à empresa contratada de acordo com as condições de preço e prazo(s) estabelecidos neste termo e eventual edital.
- 20.10.** Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto a ser contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.11.** Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital de licitação respectivo.
- 20.12.** Informar a Contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos materiais e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
- 20.13.** Comunicar, por escrito, a Contratada, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 20.14.** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 21.1.** Os itens serão recebidos no prazo estabelecido a partir da assinatura do termo de contrato, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e/ou fiscalização do contrato.
- 21.2.** O contratante realizará inspeção minuciosa dos serviços, conforme execução mensal, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 872 Rubrica: _____

constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

- 21.3.** Para efeito de recebimento provisório (quando couber), ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 21.4.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (quando couber).
- 21.5.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

Liquidação

- 21.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 21.7.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 873 Rubrica: _____

- 21.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 21.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 21.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 21.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 21.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 21.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 21.16.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir de adimplemento a que se referir, mediante a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada pela Contratada, atestada e visada por 2 (dois) servidores da Secretaria requisitante responsáveis pelo recebimento.
- 21.17.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 874 Rubrica: _____

Forma de pagamento:

- 21.18.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 21.19.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 21.20.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 21.21.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 21.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

- 22.1.** O fornecedor será selecionado por meio da proposta mais vantajosa, por meio de Pregão Eletrônico, com o critério de MENOR PREÇO POR ITEM do qual será necessário a discriminação do valor do item a item.

Forma de fornecimento

- 22.2.** O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com a demanda correspondente as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

22.3. Habilitação jurídica

- 22.3.1** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 22.3.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- 22.3.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor,

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 875 Rubrica: _____

devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

22.3.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

22.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

22.3.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

22.3.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22.3.8 CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

22.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

22.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

22.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

22.4.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

22.4.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

22.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

22.4.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

22.4.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

22.4.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 876 Rubrica: _____

declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.5. Qualificação Econômico-Financeira:

22.5.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

22.5.1.1. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

22.5.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

22.5.2 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema.

22.5.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

22.5.3.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 877 Rubrica: _____

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

22.5.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira), através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas

$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$ISG = AT / (PC + ELP)$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 878 Rubrica: _____

ELP = Exigível à Longo Prazo

ILC = AC / PC

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Caso a licitante não apresente os índices na forma do item 22.5.4, deverá apresentar **Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

22.6. Qualificação Técnica

22.6.1 Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório.

22.6.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

22.6.3 Ter licença da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

22.6.4 Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Municipal/Estadual;

22.6.5 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE);

22.6.6 Número de registro Anvisa;

22.6.7 Para o item sacola, não será necessário a apresentação dos itens 22.6.3, 22.6.5 e 22.6.6.

23. SANÇÕES CONTRATUAIS

23.1. A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios estabelecidos neste instrumento, além de observar qualquer outra cláusula disposta em qualquer outro instrumento vinculativo a contratante e a contratada, a sua não observância implicará em multas e advertências estabelecidas no artigo 155 da lei 14.133/2021.

23.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

23.3. A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

23.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 879 Rubrica: _____

eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

23.5. A inobservância, pela contratada, de cláusula ou obrigação constante deste Termo de Referência autorizará a contratante a aplicar-lhe as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja:

I - Advertência;

II - Multa a ser cobrada segundo os seguintes critérios:

- Pela inexecução total do objeto do contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;
- Pelo retardamento no início da prestação dos serviços contratados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor estimado dos serviços em atraso até o 10º dia, data a partir da qual se caracterizará o inadimplemento absoluto;
- Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não executados ou executados em desacordo com o presente contrato ou com as normas legais e infralegais aplicáveis à espécie;
- Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto do contrato, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;
- Pela rescisão do contrato por culpa da contratada, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

23.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 880 Rubrica: _____

23.7. As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24. EXTINÇÃO CONTRATUAL

24.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, os itens mencionados nos artigos 137 a 139, da lei 14.133/2021.

25. RESCISÃO CONTRATUAL

25.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e suas regulamentações:

- a) Por mútuo acordo entre as partes, mediante prévia negociação e formalização por escrito;
- b) Por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato decorrente da licitação, observados os procedimentos legais;
- c) Por inexecução total ou parcial do contrato enseja a rescisão;
- d) Por interesse público, devidamente fundamentado pela Administração, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

25.2. Nos casos de rescisão contratual, serão observados os direitos e obrigações das partes estabelecidos na legislação vigente, bem como as cláusulas contratuais pertinentes.

25.3. Em caso de rescisão por descumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, este estará sujeito às sanções previstas na legislação, conforme estabelecido na cláusula correspondente deste Termo de Referência.

26. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

Para a estimativa da contratação considerou-se a capacidade total das redes de ensino do município conforme anexo I, a fim de atender aos novos alunos matriculados no ano letivo de 2025.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 881 Rubrica: _____

| MATERIAL DE HIGIÊNE PESSOAL | | | | | |
|-----------------------------|--------|--|------|---------|------------------|
| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO | UND. | QUANT. | QUANT. POR MÊS |
| 1 | 402414 | Xampu 400 ml Tipo: Neutro Aplicação: Infantil, Cabelos Normais | UND | 61.856 | 1 a cada 3 meses |
| 2 | 229409 | Sabonete Aspecto Físico: Sólido Peso: 100 G Tipo: Sem Perfume Formato: Não Aplicável Aroma: Não Aplicável Cor: Não Aplicável Aplicação: Pele Sensível Características Adicionais: Glicerinado/Neutro E Baixo Teor Alcoólico | UND | 185.568 | 1 por mês |
| 3 | 451961 | Condicionador Cabelos 400 ml Aplicação: Cabelo Infantil Características Adicionais: Sem Álcool E Com Ph Balanceado | UND | 61.856 | 1 a cada 3 meses |
| 4 | 603493 | Esponja de banho Material: Poliéster / Poliuretano Abrasividade: Macia Aplicação: Assepsia Da Pele Características Adicionais: Higiênica E Durável Largura Mínima: 12 CM Espessura Mínima: 3,5 CM | UND | 277.212 | 1 a cada 3 meses |
| 5 | 380250 | Sacola Material: Algodão Cru Comprimento: 35 CM Largura: 30 CM Características Adicionais: Personalizada, Silk-Screen, Costurada, Com Alça | UNID | 277.212 | 1 a cada 3 meses |
| 6 | 402413 | Xampu 400 ml Tipo: Neutro Aplicação: Adulto, Cabelos Normais | UNID | 30.548 | 1 a cada 3 meses |
| 7 | 224785 | Condicionador Cabelos 400 ml Aplicação: Adulto, Cabelos Normais | UNID | 30.548 | 1 a cada 3 meses |
| 8 | 623132 | Sabonete | UNID | 91.644 | 1 por mês |

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 882 Rubrica: _____

| | | | | | |
|---|--------|---|------|--------|-----------|
| | | Aspecto Físico: Sólido Peso: 125 G Aroma: Suave | | | |
| 9 | 481321 | Desodorante Tipo: Roll On sem perfume 50 ml | UNID | 91.644 | 1 por mês |

Obs: Os itens devem ser hipoalergênicos, veganos e sem a presença de alumínio, conforme justificativa no item 5.4 deste TR.

27. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

27.1. A estimativa de preço da contratação será realizada pelo Setor de Compras, que conforme decreto Municipal é o setor responsável pela pesquisa de preço e outras técnicas estimativas, para aumentar sua precisão e possibilitar servir como parâmetro para possível procedimento licitatório.

28. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| | | |
|-----|-----------------------|---------------------------|
| SMS | Fonte de Recursos: | 150002; |
| | Programa de Trabalho: | 16.020.10.301.0015.2.149; |
| | Elemento de Despesa: | 3.3.90.32.99.00; |

Saquarema, 09 de junho de 2025.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Victoria Verissimo Cunha

Matrícula: 10177

Fundo Municipal de Saúde

Caroline Oliveira Costa da Silva

Matrícula: 932097

Fundo Municipal de Saúde

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 883 Rubrica: _____

Gabriel Nascimento Machado

Matrícula: 9262-1

Fundo Municipal de Saúde

Thayane do Nascimento Silveira

Matrícula: 954.594

Fundo Municipal de Saúde

AUTORIDADE MÁXIMA

João Alberto Teixeira Oliveira

Matrícula: 80.101

Secretário Municipal de Saúde

Ordenador de despesa do FMS

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 884 Rubrica: _____

ANEXO I

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 885 Rubrica: _____

Quantidade de capacidade total das redes de ensino no ano letivo de 2025.

| ESCOLAS | ED INFANTIL | FUND. I | FUND. II | EJA |
|---|-------------|------------|------------|------------|
| | TOTAL | TOTAL | TOTAL | TOTAL |
| | CAPACIDADE | CAPACIDADE | CAPACIDADE | CAPACIDADE |
| ESCOLA MUNICIPAL ALMERINDA DA ROCHA MAGALHÃES | 200 | 191 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPALIZADA ALZIRA MORAES DE MATOS | 39 | 0 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL ANÍZIA ROSA DE OLIVEIRA COUTINHO | 56 | 290 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPALIZADA BEATRIZ AMARAL | 90 | 162 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL ANÍZIA ROSA DE OLIVEIRA COUTINHO | 113 | 156 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL CARLOS VANDERSON GONÇALVES PEREIRA | 420 | 0 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL CARMEM REGINA FERREIRA OLIVEIRA | 100 | 150 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL EDILÊNIO SILVA DE SOUZA | 43 | 138 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL EDILSON VIGNOLI MARINS | 100 | 365 | 646 | 228 |
| ESCOLA MUNICIPALIZADA ELCIRA DE OLIVEIRA COUTINHO | 100 | 289 | 310 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL ISMÊNIA DE BARROS BARROSO | 0 | 748 | 662 | 0 |

Processo nº: 2.113/2025

FIs: 886 Rubrica: _____

| | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|
| ESCOLA MUNICIPAL JARDIM IPITANGAS | 125 | 460 | 444 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL JOÃO LAUREANO DA SILVA | 70 | 131 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MACHADO DA CUNHA | 50 | 132 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BANDEIRA | 0 | 168 | 268 | 210 |
| ESCOLA MUNICIPAL LUCIANA SANTANA COUTINHO | 50 | 264 | 404 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL LÚCIO NUNES | 0 | 324 | 41 | 198 |
| ESCOLA MUNICIPAL MARIA LUIZA DE AMORIM MENDONÇA | 91 | 274 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MUNIZ DA SILVA | 46 | 266 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL MARGARIDA ROSA DE AMORIM | 100 | 238 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL ORGÉ FERREIRA DOS SANTOS | 78 | 284 | 309 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPALIZADA PAULO LUIZ BARROSO OLIVEIRA | 50 | 156 | 180 | 199 |
| ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO WALQUIDES DE SOUZA LIMA | 114 | 163 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO VIGNOLI | 25 | 133 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPALIZADA PROFESSORA MARIA DE LOURDES MELO PAES BARRETO | 92 | 133 | 0 | 0 |

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 887 Rubrica: _____

| | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|
| ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA OSÍRIS PALMIER DA VEIGA | 82 | 312 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL RUBENS DE LIMA CAMPOS | 25 | 80 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MANOEL DOS REIS | 103 | 114 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL THEÓFILO D'ÁVILA | 150 | 418 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL VALTEMIR JOSÉ DA COSTA | 50 | 162 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPALIZADA VEREADOR IVAN DA SILVA MELO | 140 | 280 | 252 | 144 |
| ESCOLA MUNICIPAL VILATUR | 59 | 153 | 154 | 0 |
| COLÉGIO MUNICIPAL GUSTAVO CAMPOS DA SILVEIRA | 50 | 164 | 384 | 0 |
| CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JURANDIR DA SILVA MELO | 200 | 460 | 440 | 280 |
| CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MENALDO CARLOS DE MAGALHÃES | 104 | 282 | 493 | 113 |
| CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PADRE MANUEL | 0 | 0 | 852 | 426 |
| CASA CRECHE ZILDA BAPTISTA CORREA | 13 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL PROFESSORA ELDA AMORIM DA SILVA | 57 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE ELIZABETE ALVES DA SILVA | 156 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE ENEDINA CAMPOS MACEDO | 103 | 0 | 0 | 0 |

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 888 Rubrica: _____

| | | | | |
|--|-----|----|---|---|
| CASA CRECHE EROTIDES DE ABREU SOUZA | 62 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE LUCIANA MADUREIRA | 50 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL NAZARETH RODRIGUES MOREIRA | 58 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE NILTON SOUZA DOS SANTOS | 65 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE ODETE GUIMARÃES SANTANA | 186 | 0 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIANA DE OLIVEIRA BRAVO | 345 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE SÔNIA MENDONÇA DE OLIVEIRA | 66 | 0 | 0 | 0 |
| ESCOLA MUNICIPALIZADA TIA IONE PEREIRA ROIZ | 86 | 15 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE VALDEMIRA MACEDO | 113 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL BICUIBA | 124 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL CLEMENTINA MELO | 194 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL DOMICIANA MONTEIRO DOS SANTOS | 149 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL EDILENA NUNES DA COSTA | 76 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL MARIA CATHARINO GONZAGA | 247 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL MELCHIADES CARLOS DO NASCIMENTO | 182 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL NAIR AGUIAR DA SILVA | 227 | 0 | 0 | 0 |

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 889 Rubrica: _____

| | | | | |
|--|-----|----|---|---|
| CRECHE MUNICIPAL PROFESSORA MARIA REGINA MARTINS SANTOS | 155 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL JURACY DE FREITAS ALVES | 190 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL TIA MERICE RIBEIRO DE OLIVEIRA | 149 | 0 | 0 | 0 |
| CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA LUCIA RAMOS DOS SANTOS | 139 | 39 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL PADRE RODRIGO MARQUES GOMES | 89 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL LEOPOLDINA GONÇALVES LIMA | 27 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL DOLORES NUNES DAS FLORES | 57 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL ORMINDA DA ROSA NUNES | 71 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL VICTÓRIA AZEREDO DA SILVA | 186 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE ADRIANA ROCHA DE OLIVEIRA DA SILVA | 83 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE BENTA DE SOUZA QUINTES | 64 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE CARMO GONÇALVES | 42 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE DALIATARIA GOMES DOS REIS NASCIMENTO | 49 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE ELIZABETH SIQUEIRA CADENA DA SILVA | 48 | 0 | 0 | 0 |

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 890 Rubrica: _____

| | | | | |
|---|---------------|-------|-------|-------|
| CASA CRECHE ERCY GOMES DE OLIVEIRA | 38 | 0 | 0 | 0 |
| CASA CRECHE YGOR FERREIRA DE OLIVEIRA | 49 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL AMARILIS MENEZES VIGNOLI | 88 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL OSVALDO DA SILVA LIMA | 87 | 0 | 0 | 0 |
| CRECHE MUNICIPAL MARIA EDUARDA GONÇALVES DOS REIS | 85 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 7.370 | 8.094 | 5.839 | 1.798 |
| | | | | |
| KIT INFANTIL | 15.464 | | | |
| KIT ADULTO | 7.637 | | | |
| TOTAL KITS | 23101 | | | |

Obs: As informações presentes neste anexo foram levantadas e encaminhadas pelo setor da Promoção em Saúde em parceria da Secretaria de Educação.

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 891 Rubrica: _____

Anexo II

Processo nº: 2.113/2025

Fls: 892 Rubrica: _____

Modelo da ecobag:

